

TERRITÓRIO E A DIMENSÃO ESPACIAL DO DISCURSO EM TORNO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

TERRITORY AND THE SPACIAL DIMENSION OF THE SPEECH ON RURAL SETTLEMENTS

Hugo Arruda de MORAIS¹

RESUMO

O escrito ora apresentado fundamentou-se em uma revisão da literatura que contribuiu para a fundamentação teórica do projeto de doutoramento intitulado: *Discursos e territorialidades em torno dos assentamentos rurais em Passira-PE: Uma análise do processo de inclusão social e territorial de famílias assentadas*. Esta tese está buscando, primeiramente, apreender o processo de apropriação e uso dos territórios dos Programas de Assentamentos no município de Passira-PE presente nas práticas sociais e nos discursos do Estado, dos movimentos sociais e das famílias assentadas. Nesse sentido, o texto foi composto pelas seguintes seções: a retomada da concepção de território que fundamenta a pesquisa; a retomada da concepção de discurso entendendo-o como prática social que também apresenta uma dimensão espacial; e, por fim, a retomada dos discursos do II Programa Nacional de Reforma Agrária e do MST com relação à concepção de Reforma Agrária e Assentamentos Rurais.

Palavras-chave: Discurso, Território, Assentamentos Rurais, Passira

ABSTRACT

The paper presented here is based on a literature that contributed on the theoretical basis of PhD project entitled , *Speeches and territoriality on the rural settlements in Passira -PE : An analysis of the social and territorial inclusion of settled families process* . This thesis is seeking, at first, to grasp the process of appropriation and use of the territories of the Settlements Program in the town of Passira-PE, present in social practices and speeches of the State, social movements and the settled families. In this sense, the text consists of the following sections : the resumption of the conception of territory which founds this research , the resumption of the conception of of speech, understanding it as a social practice, also presenting a spatial dimension, and finally a resumption of the speeches of II PNRA and MST regarding the design of the Agrarian Reform and Rural Settlements .

Keywords: Speech, Territory, Rural Settlements, Passira

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UFPE). E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Partindo da perspectiva que a concretização de Projetos de Assentamentos Rurais (PAs) em qualquer realidade deve ser mais do que uma mudança jurídica da propriedade, constituindo-se, portanto, numa reforma social e territorial que possibilita a inserção de cada família de trabalhador rural sem-terra assentada de forma digna e com autonomia (MORAIS, 2012), afirmamos que esses territórios são espaços de diálogo conflituoso entre Estado, movimentos sociais e sociedade, tornando-se grandes encruzilhadas de ações e discursos para a condução de políticas públicas visando à materialização da reforma agrária.

Isso quer dizer que os espaços dos assentamentos são territórios apropriados e usados por movimentos sociais e pelo Estado, num processo de apropriação e uso simbólico e material, tendo, no seu interior, os discursos como práticas relevantes. Discursos esses presentes nas propostas do Estado e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com relação as suas perspectivas de Reforma Agrária e de Assentamentos Rurais.

No âmbito desta discussão, objetivamos retomar algumas concepções e debates teóricos que orientam e embasam o quadro teórico da pesquisa bibliográfica que está sendo realizada em vista da realização da nossa tese. Nesse sentido, primeiramente, abordamos as concepções de território que nortearão a pesquisa, a fim de apresentar o território como um campo de forças e de relações de poder. Em outra seção, buscaremos fazer uma reflexão numa tentativa de vislumbrar o discurso, enquanto prática social, mas a partir de uma dimensão espacial. Por último, retomaremos questões associadas a uma perspectiva teórica sobre o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e a Proposta de Reforma Agrária (RA) popular do MST enquanto planos discursivos.

1. CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO

Iniciemos nossa revisão teórica apontando as noções de território aqui assumidas, uma vez que, no âmbito de uma gama enorme de abordagens e perspectivas teórico-metodológicas para compreender e apreender o território e a realidade territorial (SAQUET, 2001; 2013), tomar uma posição e apontar qual caminho está se seguindo constitui um primeiro passo. Ou, como aponta Haesbaert (2012), mesmo sendo um conceito central à Geografia, o território tem uma grande tradição em outras áreas, apresentando várias perspectivas teórico-metodológicas².

Partimos da perspectiva relacional, que entende o território como um espaço marcado por um campo de forças e por relações de poder, onde cada sujeito social se apropria e usa o território de acordo com suas intenções e objetivos. Ou seja, o território é resultado da espacialidade humana a partir de processos históricos conflituosos e, em certos casos, desarmônicos entre os diferentes sujeitos sociais, através de territorialidades – inclusive as discursivas.

Nesse debate, as ideias de Raffestin (1993) tornam-se centrais. Para este, autor de “Por uma Geografia do Poder”, espaço e território não são conceitos e categorias equivalentes. O território é visto como uma apropriação de sujeitos no espaço; o espaço é anterior ao território, sendo este uma apropriação do espaço. Ou seja, o território é resultado de uma série de ações de atores sociais no espaço. Assim, afirma:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. [...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Nesta proposta, o território é resultado de uma produção a partir do e no espaço. O espaço é a dimensão básica para a existência de um território. Ou seja, é a partir da produção e apropriação estabelecida por sujeitos sociais no espaço, por meio de relações de poder, em meio a uma série de conflitos estabelecidos através de relações materiais e imateriais, que se constitui um território. Nesse sentido, o território revela

² Haesbaert (2012) aponta como as principais perspectivas teórico-metodológicas a materialista, com concepções naturalistas, de base econômica e com tradição jurídico-política; a idealista; a integradora e a relacional. É importante que fique claro que essas são perspectivas apontadas pelo autor citado, as quais não necessariamente serão todas exploradas aqui.

um conjunto de intenções e os projetos de sujeitos sociais no espaço. É no território, segundo Raffestin (1993), que se criam práticas e sistemas de relações que se materializam no espaço. Com isso, a construção da realidade territorial, como apropriação e, posteriormente, uso do espaço, se dá a partir de um conjunto de relações sociais, ou de um sistema de ações, a que envolvem vários tipos de sujeitos sociais multilaterais em diversas relações de poder. A dimensão do território perpassa a dimensão das relações de poder no espaço.

Essa abordagem ou problemática relacional entende que o território é uma apropriação do espaço por atores sociais a partir de suas ações, seus conteúdos, suas relações de poder. Dentro dessas ações, o poder ou as relações de poder se constituem como motor do/no espaço e do/no território. Com isso, o território é um reflexo de relações de poder, passando a ser um trunfo, ou seja, uma conquista para atores sociais que se apoiam e se posicionam no espaço e se apropriam do território³. As relações de poder no espaço se dão a partir de relações simétricas e dissimétricas, estando presentes em todas as relações sociais⁴. O poder se encontra em todas as relações sociais e, conseqüentemente, no espaço que constitui um ponto de apoio e materialização. Daí porque as relações de posição que o sujeito ocupa no espaço são importantes para as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, uma vez que o poder está em toda parte e em todas as relações sociais. Nessa perspectiva, existem dois tipos de poder: o Poder com “P” maiúsculo, representando o Estado; e o poder com “p” minúsculo, representando os demais atores sociais.

Nesse movimento social contínuo, vários sujeitos sociais que agem tentando satisfazer suas finalidades, seus objetos e suas expectativas, o que leva à elaboração de uma série de estratégias para satisfazê-los. Isso faz do território um espaço de lutas, conflitos e embates. Nesse processo de apropriação e construção conflituosa do espaço, os territórios existem como real e imaterial, duas facetas que expressam conteúdo e

³ Essa relação entre espaço e poder também pode ser vista em Claval (1979), para quem o estudo do poder é uma análise das ações do homem para modificar o meio e sobreviver nele, uma vez que o poder é um fenômeno social central na organização social. Daí porque, segundo este autor, espaço e poder são centrais na análise da organização da sociedade.

⁴ Essa perspectiva de Raffestin (1993) está alicerçada em concepções de Michel Foucault, principalmente, na sua perspectiva genealógica.

significado de cada ator social. Com isso, o território é construído socialmente, apresentando formas objetivas e subjetivas, num processo, a nosso ver, indissociável entre objetos e ações – incluindo nessas ações, as práticas discursivas.

Nesse sentido, as territorialidades – dentre elas as discursivas – seriam o conjunto de ações dos atores sociais no espaço, numa tentativa de se apoderar e usar territórios⁵. Essas territorialidades se dão a partir desses atores, tendo o Estado o papel de promover novos recortes no território (RAFFESTIN, 1993, p. 152). Os sujeitos/indivíduos têm sua escala de ações e de relações cotidianas, ou seja, de territorialidades cotidianas (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Dentre outros atores que destacam o sentido relacional do território, Souza (2008) assinala o território como fruto do exercício do poder. Para ele, o poder é que delimita o território, sendo este uma projeção espacial do exercício do poder, um poder especializado: “O que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder” (SOUZA, 2008, p. 59). O autor chama a atenção para o entendimento do poder como uma relação social – porém, não sendo a única relação considerada importante na análise do território – e o do território como uma expressão espacial do poder. Ele reafirma a concepção de território como um campo de forças, ou seja, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2008, p. 65). Sendo uma projeção espacial do poder, uma materialização do poder no espaço, o território deve ser visto por seu aspecto material e imaterial, uma vez que o poder é, também, algo intangível.

Segundo Haesbaert (2012), ganha destaque nesse debate, a perspectiva de Santos (2000), que propôs em alguns de seus trabalhos, a (re)valorização do território no âmbito do conceito de “território usado” (SANTOS, 2000, p. 2). Santos (2000) traz como uma de suas preocupações centrais a necessidade de se rever o conceito-chave da Geografia, principalmente, numa perspectiva de método. Segundo este autor, o espaço geográfico não é visto como um sinônimo de território, mas como um “território usado”,

⁵ Daí porque a Raffestin (1993) entende que a linguagem dos sujeitos conduz a certas formas de relações ou comportamentos junto ao processo de construção dos espaços ou territórios, pois, a linguagem é um dos componentes indispensáveis para a compreensão do processo de construção de territórios e territorialidades de grupos sociais, no qual a sua manifestação se faz através do poder (RAFFESTIN, 1993).

como uma categoria a partir da concepção de “espaço banal”. Para ao autor, o “espaço banal” é o espaço das inter-relações entre vários atores sociais, a partir de suas necessidades, suas lutas e conflitos diários, seus anseios, etc. O “território usado” (SANTOS, 2000, p. 2) e o “espaço banal” (SANTOS, 2000, p. 3) fazem parte de uma reflexão do espaço geográfico e do território como conceitos da Geografia. Dentro dessa perspectiva, olhar para o espaço geográfico é buscar compreendê-lo a partir de um todo complexo entre vários sujeitos sociais, tecendo tramas de relações complementares e conflituosas no seu processo de construção: “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS, 2000, p. 3). O espaço é, assim, construído por vários sujeitos que acontecem e se realizam nele, a partir do uso e apropriação do território. O “território usado” é prática, uma vez que é condição ou arena que possibilita a estruturação da vida social, com ações e discursos.

Essa concepção de Santos (2000) é importante porque compreende o território como uso do espaço e, conseqüentemente, a sua apropriação como um sistema de objetos e ações. Isso é importante porque no âmbito das relações que se estabelecem no processo de territorialidades presentes no espaço, o discurso dos sujeitos enquanto ação social é importante para a compressão das formas de uso e apropriação territorial. Daí o material e o simbólico no processo de construção do território⁶. Vale acrescentar outra concepção de Haesbaert (2007), quando aponta o território como sendo uma apropriação e dominação de espaços socialmente construídos, o que acontece pela articulação das dimensões material e simbólica presentes em cada realidade, fazendo com que a apropriação do território se dê de forma simbólica, enquanto que a sua dominação acha-se ligada às condições político-econômicas de cada grupo/sujeito social: “O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente construído”. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

⁶ Em outro texto, Haesbaert (2012) deixa claro que o território deve ser visto a partir do “binômio materialismo-idealismo” e “binômio espaço-tempo”. Ou seja, para o autor, o território deve ser visto a partir de suas dimensões materiais e imateriais, como também na relação físico-concreto com o tempo sociohistórico de cada sujeito que atua no espaço.

Para Saquet (2011; 2013), território e territorialidades cotidianas devem ser vistas a partir de uma perspectiva histórico-relacional e processual. Essa base teórico-metodológica fundamenta-se numa relação indissociável entre sociedade, tempo, espaço e território. O território é uma construção social, histórica e relacional de sujeitos sociais que atuam no espaço, estando vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço por diferentes sujeitos no seu cotidiano, em que a territorialidade é modo de apropriação social do espaço por diferentes sujeitos, a partir de relações sociais de poder: “Os territórios são produzidos espacio-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2011, p. 27). Desse modo, é a ação dos sujeitos no e vinculadas ao espaço, ou seja, as territorialidades, que leva a um processo de construção de territórios, onde cada territorialidade determina um território.

Com isso, Saquet (2011) mostra a relação de unidade entre espaço e território. É no processo de produção e apropriação do espaço geográfico⁷ que se dá o arranjo territorial. Sociedade-espaço-território são indissociáveis, sendo o território fruto da construção, apropriação e uso do espaço; uma construção social, com caráter objetivo e subjetivo – uma vez que, como aponta Santos, (2008), o espaço é forma e conteúdo, é objetividade e subjetividade, é razão e emoção (SANTOS, 2008). Nisso, o território é fruto de uma ação de apropriação histórica do espaço por sujeitos sociais. Nessa relação entre sociedade-espaço-território, enquanto conceitos e instâncias sociais articuladas, o espaço e, conseqüentemente, o território adquire valor de uso para cada sujeito social. Assim, o espaço é usado e apropriado cotidianamente como território, ganhando valor pelo seu uso: “O espaço geográfico tem um valor de uso, um valor de troca e é elemento constituinte do território, também, política e simbolicamente. Espaço e território são processos indissociáveis de nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2011, p. 25). O espaço é um constituinte do território, como também todo território é produzido espacialmente a partir de territorialidades que se estabelecem no uso e apropriação social do espaço por

⁷ Essa apropriação, segundo Saquet (2011), se dá ou é fruto das territorialidades dos sujeitos no espaço. Uma apropriação que pode ser vista a partir: a) da posse, controle, domínio individual e/ou coletivo; b) da delimitação, divisão do espaço; c) e do uso, utilização do espaço por uma grupo social.

diferentes sujeitos sociais. Entendemos que o discurso se constitui como uma ação, enquanto territorialidade, do sujeito presente no espaço.

2 A DIMENSÃO ESPACIAL E TERRITORIAL DO DISCURSO

Partindo da perspectiva do território como campo de força ou de relações de poder, encarando-o como um espaço usado e apropriado a partir de territorialidades de cada sujeito social, inclusive as territorialidades discursivas, passamos a entender o discurso⁸ não somente como prática discursiva, mas também como prática social (FAIRCLOUGH, 2001), possuindo, portanto, uma dimensão espacial/territorial.

Segundo Fairclough (2001), discurso é o uso da linguagem, que se dá através de uma prática dos vários membros sociais, e não como atividade puramente individual. Entendemos o discurso como constitutivo da realidade, da estrutura socioespacial e territorial, uma vez que, ao assumir o discurso como associação entre o falar do sujeito e a sua prática social, assume-se que a linguagem não está dissociada de funções específicas de suas atividades humanas e, conseqüentemente, do processo de produção do seu espaço de vida e do uso e apropriação de territórios. Daí porque corroboramos a ideia de Foucault (2011) quando afirma que todo discurso constitui-se a partir de uma materialidade, ou seja, todo discurso constitui uma prática que produz uma realidade material associado a uma atividade. Desse modo, o discurso é um acontecimento discursivo ou uma série de acontecimentos (FOUCAULT, 2011) permeado ou controlado por relações de poder estabelecidas nas várias esferas da sociedade, ou seja, nos seus vários tempos e espaços. Nessa perspectiva, os discursos estão dentro de um jogo de forças em qualquer situação histórica – e espacial –, um campo de forças ou de poder no qual os sujeitos estão imersos.

⁸ O termo discurso, aqui empregado, está associado ao uso da linguagem enquanto prática social e, como tal, elemento constitutivo do espaço e do território. A nosso ver, os discursos permeiam o processo de produção do espaço e dos territórios, constituindo-se como territorialidades. Ou seja, partimos da perspectiva que os discursos, enquanto linguagem falada ou escrita (FAIRCLOUGH, 2001), mantem uma relação constitutiva com o mundo, ou seja, com a realidade espacial, sendo a língua um elemento intrinsecamente social e não puramente individual. O discurso é um acontecimento constitutivo da realidade social e espacial, é um acontecimento integrante do mundo social, constituindo esse mundo, além de ser constituído por ele, numa relação dialética.

Retomando algumas concepções de Lefebvre (1986) sobre o discurso e a sua dimensão espacial, sobre a dimensão espacial do discurso, todo discurso está inserido no espaço e mantém relações com o espaço ou com o processo de produção do espaço:

Toda língua se situa em um espaço. Todo discurso diz alguma coisa sobre um espaço (lugares ou conjunto de lugares); todo discurso fala de um espaço. É preciso distinguir o discurso no espaço, o discurso sobre o espaço e o discurso do espaço. Há, portanto, entre a linguagem e o espaço, relações mais ou menos desconhecidas. (LEFEBVRE, 1986, p. 155) (tradução livre feita do francês ao português por C. Castilho)

Lefebvre (1986) reforça, assim, a ideia do discurso como uma prática social e espacial, numa relação clara de apreensão do objeto pelo sujeito. Daí porque a concepção de objeto-ação, forma-conteúdo (SANTOS, 2008), como também discurso-prática social-espacial, não devem ser aceitas de forma separada. Ao concebermos o espaço geográfico como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008), como “um produto social” (LEFEBVRE, 1986), e o território como uma relação sociedade-espaço (SAQUET, 2011). Entendemos que espaço e território são frutos de ações de sujeitos num processo inseparável de construção de objetos. Para isso, partimos da inseparabilidade do processo discursivo e das práticas sociais⁹ que regulam e conduzem os sujeitos sociais a novas ações na realidade material. Ou seja, ao estender a fala do sujeito sobre/em uma ação, estende-se essa ação ao espaço, num processo inseparável entre discurso e produção do espaço, discurso e conhecimento. Assim disse Santos (2008): “Os objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discursos, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso” (SANTOS, 2008, p. 87).

Em outras palavras, todo discurso é um saber, uma série de conhecimentos adquiridos por sujeitos, que traz a essência e o sentido do vivido, do cotidiano, da

⁹ Tal premissa é levantada a partir da concepção de discurso como uma forma de ação que contribui para a constituição das dimensões da estrutura social – e por que não espacial? Constituindo-se numa prática, em que a própria realidade social pode ser compreendida através dos jogos de palavras enunciadas pelos sujeitos que a falam, ou seja, por seus desempenhos verbais (FAIRCLOUGH, 2001). Na perspectiva de Fairclough (2001), o discurso é uma prática social e apresenta duas implicações: a) como um modo de ação, onde o discurso se apresenta como uma forma em que os sujeitos podem atuar no seu espaço e se relacionar com os outros, construindo uma representação sobre essas relações; b) e como uma ação moldada e restringida pela estrutura social, que influencia as relações estabelecidas entre os indivíduos.

dimensão social e, conseqüentemente, espacial, como afirma Lefebvre: “Ao saber do discurso, integra-se sem dificuldade o dito e o não-dito e o interdito, concebidos como essência e sentido do vivido. Desde então o saber do discurso chega até o discurso social” (Ibidem, p. 160) (tradução livre feita do francês ao português por C. Castilho).

Dessa forma, ao termos um determinado discurso temos um conjunto de conhecimentos que se constituem em possíveis práticas sociais que se rebatem no uso do espaço e construção do território. Não há discurso sem espaço, como também não há espaço sem discurso. Daí a dimensão espacial e territorial do discurso – dimensão buscada na nossa pesquisa. Nesse sentido, discurso e território não estão dissociados, uma vez que território se constitui como relações conflituosas de saberes e poderes, presentes nos sujeitos e em suas práticas sociais e discursivas. A complexidade das afirmativas acima faz-se útil para elucidar a natureza de determinados discursos, mostrando o processo de construção de territórios, especificamente os territórios dos PAs. Trata-se de uma tarefa analítica que não concebe os discursos como simples reprodução de palavras soltas e sem sentido por sujeitos, mas de enunciações que contribuem para a constituição territorial, num jogo de práticas sociais e discursivas de diferentes sujeitos no território como um campo de forças.

Nessa perspectiva, os discursos do Estado brasileiro a partir do II PNRA e do MST em torno dos assentamentos rurais se constituem em objetos de análise das possíveis ações desses sujeitos no território. A questão do discurso permeando – numa relação indissociável – o processo de produção de espaço e apropriação e uso do território, numa relação mútua entre discurso e práticas sociais, coloca a questão das práticas sociais desses sujeitos nos territórios dos PAs.

3. O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA) COMO DISCURSO

No ano de 2003, na sociedade brasileira, e principalmente nos movimentos sociais, é resgatada a esperança. Com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao governo federal, as esperanças em tona da Reforma Agrária (RA) se renovaram. Principalmente pelas possíveis ações com a implementação de políticas públicas em

torno do II PNRA. Nesse sentido, para apreendermos as territorialidades discursivas do Estado com relação às ações em torno da construção de PAs, retomaremos o II PNRA, tentando observar os discursos em torno da RA e dos territórios dos PAs nele presentes.

Lançado em 2003, o II PNRA foi um ambicioso projeto do governo Lula que estava calcado numa visão de RA como centro das ações do governo para a resolução dos problemas do campo:

A reforma agrária é mais do que um compromisso e um programa do governo federal. Ela é uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social. A reforma agrária é estratégica para um projeto de nação moderno e soberano. (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 5)

Esse plano tinha como princípio geral “incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor” (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 18). Constituindo-se num projeto de nação, o II PNRA tinha por base uma série de metas, listadas: a) 400.000 novas famílias assentadas; b) 500.000 famílias com posses regularizadas; c) 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário; d) recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; e) criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; f) implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; g) reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; h) garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; i) promover a igualdade de gênero na RA; j) garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; k) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

A massificação de assentamentos rurais sem-terra tem sido o centro do debate ou meta primeira deste PNRA, numa tentativa clara de mudar a estrutura fundiária do país, através do processo de desconcentração da propriedade da terra:

Desconcentrar a propriedade da terra é uma condição necessária, porém não suficiente para a correção das mazelas decorrentes da atual estrutura agrária. A

determinação de realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável coloca a necessidade de atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infra-estrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos. (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 8)

Este é um discurso de uma RA que tem os assentamentos rurais como territórios centrais da atuação das políticas públicas, reforçando o processo de desconcentração da terra. As 400 mil famílias assentadas teriam uma nova condição de vida, mais digna e com novas oportunidades a partir de territórios como unidades produtivas e de moradia. Ou seja, seria a partir desses territórios dos assentamentos rurais que haveria possibilidades de transformações econômicas, políticas e sociais para os beneficiados e a população do entorno:

Nos novos projetos de assentamento busca-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade. Pretende-se, assim, criar as condições para que o modelo agrícola possa ser alterado, introduzindo-se maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a direitos fundamentais e o meio ambiente. (MDA/INCRA/II PNRA, 2003, p. 10)

Porém, segundo apontam o Leite (2007), Oliveira (2006), Fernandes (2006), Bergamasco; Esquerdo (2011) e outros estudiosos na área, os dados divulgados pelo MDA/INCRA, com relação às ações do II PNRA nos dois períodos do governo Lula, observa-se que a RA e, conseqüentemente, a política de assentamentos rurais no Brasil, não teve prioridade ou ainda não lhe foi dada a atenção desejava. Ou seja, o II PNRA se constituiu como discurso que, na prática, não se concretizou em ações efetivas de mudança.

Oliveira (2006) o chamou de discurso da “não reforma agrária” (OLIVEIRA, 2006, p.186), afirmativa que é levantada a partir dos números e dos resultados obtidos pelos estudos citados anteriormente, e que são retomados como ponto de partida para futuras análises, inclusive da área em estudo. Segundo este mesmo autor, no período de 2003-2006, os números da primeira meta – assentar 400.000 novas famílias – não condizem com a verdadeira realidade: no período de 2003 a 2005, ou seja, nos três primeiros anos do governo do PT, o II PNRA não realizou a RA prometida e, diga-se de passagem, desejada:

[...] o MDA/INCRA não está cumprindo as metas do II PNRA, portanto não está fazendo nem a reforma agrária anunciada pelo Presidente LULA em novembro de 2003. Trata-se, pois da vitória da não reforma agrária defendida inclusive, por muitos membros do próprio governo LULA. Aliás, vários deles, até escreveram sobre a não necessidade atual da reforma agrária. Penso que chegou a hora de abrir a crítica profunda a aqueles que em nome do governo LULA, não estão fazendo a reforma agrária. Talvez, a melhor resposta a ser dada ao MDA/INCRA neste episódio, é a sempre necessária crítica profunda aos dados disponíveis referentes a 2003, 2004 e 2005 sobre a não reforma agrária do MDA/INCRA. (Ibidem)

Os dados apresentados por Fernandes (2006) confirmam essa tendência: o governo Lula no seu primeiro mandato não buscou desconcentrar a terra no Brasil, por meio de uma política de assentar famílias em terras improdutivas, diminuindo o processo de concentração fundiária. O que o governo fez, foi um processo de “autofagia”, ou seja, “no lugar das famílias assentadas excluídas, são assentadas outras famílias. O problema não se resolve em si, se reproduz em si” (FERNANDES, 2006), tendo isso sido uma tendência clara de aumentar latifúndios e diminuir os assentamentos.

Se no primeiro mandato houve esperança, mas não RA; no segundo a não reforma agrária suscitou frustração. Como apontam Bergamasco; Esquerdo (2011), no segundo mandato “não houve a elaboração do 3º Plano Nacional de Reforma Agrária, o que poderia melhorar o número de assentamentos no país” (Ibidem, p. 9). Em entrevista ao MST, Oliveira (2011) afirmou que o governo passou a fazer ações pontuais, principalmente, em áreas de conflitos, como forma de minimizar o problema, não mudando a essência política:

Ou seja, ele só fez assentamento onde há pressão e conflito. Aí ele vai e faz assentamento. Do contrário, o órgão (INCRA) nunca esteve empenhado em cumprir o que plano estabelecia. [...] Onde há pressão, faz. Onde não há, não faz. Ou seja, o governo Lula encerra o seu mandato sem ter cumprido aquilo que ele disse sobre reforma que ele ia fazer. E não fez por uma ação deliberada e pior, adotou uma política de contra-Reforma Agrária de forma deliberada [...]. (OLIVEIRA, 2011).

E ainda acrescentou que políticas compensatórias constituem, apenas, fator de desmobilização dos movimentos sociais na pressão da luta pela terra:

Na realidade, os movimentos sociais desistiram do processo de ocupação como estratégia política pela Reforma Agrária. Então, deixaram de agir politicamente por razões que os movimento sociais têm que explicar. Evidentemente que as políticas compensatórias são só uma forma indireta de justificar aquilo que é injustificável. Ou seja, não houve, no segundo mandato, ação política de movimentos sociais no sentido de buscar pressionar o governo para fazer Reforma Agrária. (OLIVEIRA, 2011)

Nesse amplo debate, observa-se que houve ao longo do governo Lula poucos avanços no que diz respeito ao processo de RA e, conseqüentemente, na constituição de novos assentamentos rurais. O II PNRA concentrou-se sobre a necessidade de uma RA no País e o Estado se destacou – de forma negativa – como um agente que tomou a tutela do problema da questão agrária para si. Os números divulgados pelo governo divergem daqueles apresentados pelos resultados das pesquisas dos estudiosos. O II PNRA é mais um grande discurso político do Estado que não concretiza seus objetivos e que apresenta práticas sociais que não possibilitam a real inserção socioterritorial das famílias assentadas.

4 O DISCURSO DO MST

O discurso da necessidade de fazer uma RA é algo que marca a história do país, principalmente nos últimos anos com a mobilização dos movimentos sociais no campo brasileiro. A necessidade de uma política corrija o regime da propriedade, extremamente concentrada, e que implique na participação ativa de um grande número de trabalhadores rurais como cidadãos, é incontestável (OLIVEIRA, 2006). Isso tanto por aqueles que buscam se beneficiar, como por aqueles que tentam conduzi-la. Como aponta Martins (1997), a modernização do Brasil passa pela constituição de uma RA. Ou, como diz Leite (2007), a RA proporciona possibilidades do desenvolvimento social e econômico através de um conjunto de oportunidades sociais.

Daí porque a RA como uma política pública de intervenção estatal não pode ser entendida como simples discurso de política de assentamento ou de distribuição de terras, mas como uma prática social que possibilita a condição para o desenvolvimento social e econômico para as famílias beneficiadas. Num processo que possibilite a transformação rural, superando as desigualdades e a exclusão existentes, levando de fato a um processo de erradicação da pobreza e da promoção da justiça social no Brasil (BERGAMASCO; ESQUERDO, 2011). Com isso, a ressocialização de diversas famílias de trabalhadores rurais deixados à margem do desenvolvimento efetivo, por meio de uma política agrícola, não pode ficar na base de um discurso.

A reflexão que gostaríamos de trazer, a partir daqui, está centrada na existência de um discurso ou de uma série de discursos históricos do MST com relação à necessidade de uma efetiva RA no país. Há uma série de discursos que se reafirmam em várias práticas do MST que não estão em consonância – ou nunca estiveram – com o discurso do Estado no que diz respeito às ações em torno da RA e dos assentamentos rurais nos vários espaços do Brasil. Para isso, retomaremos a proposta de Reforma Agrária Popular, divulgada pelo MST, em 2007, na cidade de Brasília, no 5º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, entendendo que esse documento aparece como um discurso do movimento onde “as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza”. (MST: LUTAS E CONQUISTAS, 2010, p. 43)

Dentre as propostas do MST, destacam-se as seguintes: a) eliminar a pobreza no meio rural; b) combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo; c) garantir trabalho para todas as pessoas, combinando a criação dessa oportunidade com a distribuição de renda; d) garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais; e) garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposta às mulheres, especialmente no meio rural; f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões e biomas do Brasil; g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial da juventude.

Outro discurso importante do MST, divulgado em 2010, pela Secretaria Nacional do movimento: Lutas e Conquistas, que teve como objetivo: “contrapor à imagem que os setores conservadores tentam construir da luta pela reforma agrária e dos movimentos sociais em nosso país” (MST: LUTAS E CONQUISTAS, 2010, p. 6). Trata-se de uma

cartilha que aparece como um espaço para veicular o discurso do movimento, apresentando alguns pontos referentes, principalmente, a “um panorama da luta pela reforma agrária e das conquistas e desafios do nosso movimento desde sua origem” (Ibidem, p. 7). Dentro das várias temáticas tratadas nesse documento, destaca-se: “A luta pela terra e o MST, Cicatrizes da concentração da terra, A vida embaixo da lona preta, Educação e cidadania, Reconhecimento da sociedade, Violência sem fim contra os sem-terra” (Ibidem), além de anexos referentes a documentos do 5º Congresso Nacional do MST, apresenta-se o discurso da concepção de assentamento do MST. Ou seja, a ideia de assentamento rural do movimento.

No capítulo, “Assentamentos rurais como espaços de vida, trabalho e produção”, o MST apresenta de forma discursiva esses territórios como espaços da mudança na vida das famílias assentadas: “Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida”. (Ibidem, p. 19). Esses territórios dão uma grande contribuição ao país “ao produzir arroz, feijão, leite, queijo, frutas, legumes e verduras para o povo brasileiro” (Ibidem). Segundo a mesma cartilha: “Os assentamentos representam o desfecho de um processo no qual o monopólio da terra e o conflito social são superados”. (Ibidem)

Diferente do discurso do II PNRA, que estava preocupado, apenas, em assentar famílias, num processo de massificação dos assentamentos, o MST enuncia uma ação contrária à política de assentamentos rurais. Conforme afirma Stedile; Fernandes (2005), o que interessa ao MST não é uma política de assentamentos rurais, mas a RA, pela qual se tenha uma política de democratização da terra, com a diminuição dos conflitos nos espaços rurais do Brasil. Nas suas palavras:

Fazer assentamentos de famílias sem-terra não significa necessariamente fazer reforma agrária. [...] reforma agrária é sinônimo de desconcentração da propriedade da terra. Ora, fazer assentamento de algumas famílias, que podem ser milhares, não significa que se está afetando toda a estrutura da propriedade da terra, se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem

conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar as famílias. Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver os problemas da concentração da propriedade da terra no Brasil [...] essa política de assentamento rural é tratada como reforma agrária, e aí se gera a confusão. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 159)

Nesse sentido, no discurso do MST, os assentamentos rurais não são simplesmente territórios da intervenção estatal, uma simples ação para assentar famílias, mas antes territórios da luta pela terra, territórios da atuação dos trabalhadores rurais¹⁰. Nessa perspectiva, assentamentos, para o MST, se constituem em práticas sociais e territoriais na medida em que são a materialização da luta pela terra, através dos acampamentos e ocupações, empreendidos por famílias sem-terra junto aos movimentos sociais (FERNANDES, 1999). Assim, afirma o MST:

As famílias passam a viver nos acampamentos, nas beiras de estradas ou em áreas abandonadas, enfrentando dificuldades no seu dia a dia para morar, dormir, descansar e comer. No entanto, encontram um refúgio na organização coletiva de uma comunidade, onde todos enfrentam os mesmos problemas juntos. Nesse processo, percebem que essa é a melhor maneira de enfrentá-los. Mesmo embaixo da lona preta resistem por conta da perspectiva de conseguir a terra, entrando em um programa de reforma agrária. O instrumento para isso é a ocupação de terras. (MST: LUTAS E CONQUISTAS, 2010, p. 17)

A existência de um assentamento, no discurso do MST, significa um processo de territorialização da luta pela terra empreendida pelas famílias sem-terra, ou seja, a ocupação de uma fração do espaço e a conseqüente apropriação e uso do território por um conjunto de famílias camponesas que atuaram em torno de algum movimento social:

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. [...] a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios. (FERNANDES, 1999, p. 243)

Analisando o caso específico do MST, Fernandes (2000) aponta os movimentos sociais como formas de organização social que possuem capacidade de trazer novas formas de organização do espaço, através do processo de espacialização, por meio de ocupações de terra e dos acampamentos, bem como de territorialização, com a formação

¹⁰ Segundo Feliciano (2006), a ocupação de terra possui várias conotações, ganhando destaque a política e a geográfica.

de assentamentos rurais. Daí a condição de serem movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999). Entende-se que as ações destes movimentos acontecem em meio às práticas de ocupação de espaços como forma de fazer com que camponeses expropriados passem a existir ou reexistir a partir do momento em que conquistam e controlam espaços ocupados. Assim, entende-se ocupações de terra e acampamentos como formas de criar e recriar do campesinato, a partir de espaços de resistência (FERNANDE, 1999), sendo os espaços das ocupações e dos acampamentos e, posteriormente, o território do assentamento, saídas encontradas pelos camponeses contra o processo de expropriação e exploração sofrida por eles e suas famílias (Ibidem).

Segundo Feliciano (2006), os camponeses, no seu processo de ocupação de terras, buscam recriarem-se enquanto classe, mas também desenvolver práticas de autogestão e liberdade. Nessa perspectiva, assentar é só uma etapa da luta pela terra dos camponeses sem-terra, é um processo da territorialização dessa luta, lugar de ressocialização política (FERNANDES, 1999; FELICIANO, 2006). Assentar é só uma das formas de fazer RA, tratando-se de apenas uma etapa do processo (BERGAMASCO; NODER, 1996).

Esta problemática ora apresentada mostrou-nos que os discursos do MST com relação aos assentamentos rurais estão ligados ao processo de territorialização das suas lutas. Pensamos que esses discursos podem impulsionar ações efetivamente diferentes nos campos brasileiros, o que é diferente dos discursos a partir dos PAs os quais têm sido usado mais para atenuar as tensões sociais com base na “não reforma agrária”.

CONCLUSÃO

Retomou-se o conceito de território mostrando que o processo de apropriação e uso de territórios de PAs se dão a partir de uma relação mútua entre discurso e práticas sociais realizadas por diferentes sujeitos sociais. Partimos de uma perspectiva que concebe o território como um campo de forças ou de relações de poder e do discurso como dimensão do espaço, permitindo apontar os reais caminhos da dinâmica socioespacial.

Desse modo, assumimos que as formas de apropriação e uso do território por diferentes sujeitos podem ser observadas a partir das territorialidades discursivas, com o que se faz útil refletir sobre a importância do discurso como uma ação indissociável do processo de produção do espaço e, conseqüentemente, do território.

Tomando o exemplo dos discursos do Estado, através do II PNRA, e do MST, através da sua proposta de RA, buscaremos observar, na pesquisa de doutoramento, em que medida os assentamentos rurais constituem encruzilhadas de ações e discursos. Os discursos das famílias assentadas também serão considerados no nosso estudo, porém não foram contemplados neste escrito porque nossa pesquisa de campo ainda se acha em andamento.

Enfim, o conjunto das observações colocadas não só mostra como também reforça o discurso como um elemento relevante do processo de produção do território e das territorialidades. Trata-se, portanto, de um campo rico e aberto que desafia a imaginação geográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____, ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza. Reforma agrária e Assentamentos Rurais: perspectivas e desafios. <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/DispForm.aspx?ID=381> Acesso: 23/10/2013.
- CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2º ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. **Enumerando a reforma agrária**. <http://www.mst.org.br/node/1665>. Acesso: 23/10/2013.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 21ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. **O território em tempos de globalização**. Etc..., espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. Nº 2(4), vol. 1, p. 39-52, 2007.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- II PNRA. **Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthorpos, 1986.
- LEITE, Sérgio; ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vierira & Lent, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MORAIS, Hugo Arruda de. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas?**. Dissertação de Mestrado, PPGEO/UFPE. Recife, 2012.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **MST: Lutas e conquistas**. Publicação da Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A 'Não Reforma Agrária' do MDA/INCRA no governo Lula**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, v. 33, n.2, p. 165-201, ago/dez, 2006.
- _____. **Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. <http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio>. Acesso: 23/10/2013.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- _____. **Por uma geografia das territorialidades e das**

temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** *in:* Territórios e territorialidades: teorias,

processos e conflitos. *In:* SAQUET, Marcos Aureli; SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores) São Paulo: Expressão Popular : UNESP, 2008.

STEDILE, Joao Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.